

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALINE LAUREANO

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE COMO MEIO DE INFORMAÇÃO NO
PROCESSO DECISÓRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Florianópolis

2006

ALINE LAUREANO

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE COMO MEIO DE INFORMAÇÃO NO
PROCESSO DECISÓRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Profº. Dr. Loreci João Borges

Florianópolis

2006

ALINE LAUREANO

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE COMO MEIO DE INFORMAÇÃO NO
PROCESSO DECISÓRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de _____, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

15 de dezembro de 2006.

Professora Elisete Dahmer Pfitscher
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Profº. Dr. Loreci João Borges
(Orientador)

Profª. Eleonora Milano Falcão Vieira

Profª. Michele Patrícia Rocálio

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu a vida e que sempre me mostrou o caminho a seguir.

Aos meus pais, Miguel e Edla Mara, pois ao longo da minha vida me colocaram no caminho da honestidade, do trabalho e principalmente do aprendizado.

Ao meu marido Fabrício, por ser o homem que eu sempre sonhei.

Ao professor Loreci, pela dedicação na orientação do meu trabalho monográfico.

Aos meus amigos Chrystiano e Adriana, pelas informações e pelo apoio que deram base para esse trabalho.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para realização deste trabalho.

RESUMO

LAUREANO, Aline. **A Importância da Contabilidade como Meio de Informação no Processo Decisório das Micro e Pequenas Empresas**. 2006. 62 f. Monografia (Graduação)–Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Atualmente, devido à grande competitividade existente, as empresas devem estar capacitadas para enfrentar o mercado. O administrador necessita de informações contábeis para auxiliá-lo no processo decisório. A contabilidade torna-se uma grande aliada no fornecimento de informação para benefício das empresas. Uma administração baseada em informações objetivas e bem elaborada permite uma tomada de decisões mais segura e evita riscos desnecessários à empresa, possibilitando melhores planejamentos, maiores retornos e chances de obter crescimento empresarial. Principalmente as micro e pequenas empresas, pois estas tendem a se preocuparem mais com a sobrevivência do que com seu crescimento no mercado. A contabilidade possui as ferramentas necessárias para suprir os administradores de informações valiosas, permitindo que tomem suas decisões com mais segurança e agilidade. As micro e pequenas empresas parecem apresentar uma resistência quanto à utilização dos relatórios contábeis no seu processo de gerenciamento, mantendo, geralmente, o controle administrativo nas mãos de seus proprietários. As informações geradas pela contabilidade podem proporcionar um diferencial na gestão destas organizações, porém os profissionais contábeis deverão identificar a melhor maneira de apresentá-las, de forma que seus clientes possam entendê-las, oportunizando o seu melhor uso. A presente pesquisa trata de um estudo de caso em que, a partir de questionários aplicados a escritórios de contabilidade e a micro e pequenas empresas, busca-se verificar a relevância atribuída à contabilidade como meio de informação no processo decisório das empresas. A partir das respostas coletadas, foi efetuada uma análise crítica descritiva, verificando se as informações contábeis disponibilizadas por meio de relatórios contábeis estão sendo utilizadas pelas empresas em seu processo decisório.

Palavras-chave: Contabilidade. Informação. Processo Decisório.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Componentes do Sistema de Informação..... | 31 |
| Figura 2 – Processo de Tomada de Decisões..... | 35 |
| Figura 3 – Ciclo Gerencial..... | 36 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Serviços Contábeis Prestados pelos Escritórios..... | 45 |
| Gráfico 2 – Encaminhamento da Documentação por parte dos Clientes..... | 46 |
| Gráfico 3 – Conhecimento dos Administradores Gerentes em Contabilidade..... | 47 |
| Gráfico 4 – Periodicidade que os Clientes Recebem as Demonstrações Contábeis..... | 48 |
| Gráfico 5 – Satisfação das Empresas com os Serviços Contábeis Prestados..... | 50 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – N° de Empresas por Porte e Atividade Exercida..... | 46 |
| Quadro 2 – Relatórios Recebidos dos Prestadores de Serviços Contábeis..... | 48 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

DVA – Demonstração do Valor Adicionado

PIB – Produto Interno Bruto

SEBRAE – Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIC – Sistemas de Informação Contábil

SIG – Sistemas de Informação Gerencial

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1.1 Considerações iniciais..... | 11 |
| 1.2 Tema e problema..... | 12 |
| 1.3 Objetivos da pesquisa..... | 14 |
| 1.4 Justificativa do estudo..... | 14 |
| 1.5 Metodologia..... | 16 |
| 1.6 Limitação da pesquisa..... | 18 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 20 |
| 2.1 Micro e pequena empresa..... | 20 |
| 2.1.1 Classificação do porte da empresa..... | 21 |
| 2.1.2 Atuação do contador nas micro e pequenas empresas..... | 22 |
| 2.2 Contabilidade..... | 23 |
| 2.2.1 Contabilidade de custos..... | 24 |
| 2.2.2 Contabilidade tributária..... | 25 |
| 2.2.3 Contabilidade gerencial..... | 26 |
| 2.2.4 Relatórios contábeis..... | 26 |
| 2.3 Sistema de informação contábil..... | 29 |
| 2.3.1 O sistema de informação contábil e as empresas..... | 30 |
| 2.4 Sistema de informação gerencial..... | 32 |
| 2.4.1 O sistema de informação gerencial e as empresas..... | 33 |
| 2.5 O processo de tomada de decisões..... | 34 |
| 2.6 Informação e tomada de decisões..... | 35 |
| 2.7 Importância do planejamento nas micro e pequenas empresas..... | 36 |
| 2.8 Planejamento tributário..... | 37 |
| 2.8.1 Elisão e evasão fiscal..... | 39 |
| 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS..... | 41 |

| | |
|---|-----------|
| 3.1 Controle de informação nas empresas..... | 41 |
| 3.2 Análise de dados coletados nos escritórios de contabilidade..... | 43 |
| 3.3 Análise dos dados coletados nas empresas..... | 45 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 50 |
| REFERÊNCIAS..... | 53 |
| APÊNDICES..... | 57 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

A contabilidade surgiu, segundo Ludícibus (1995), da necessidade do homem em ter um instrumento que relatasse o seu patrimônio de modo a auxiliá-lo na sua mensuração e gestão.

A importância da contabilidade foi aumentando à medida que ocorreu o desenvolvimento econômico. Hendriksen e Breda (1999, p.39) dizem que “[...] a contabilidade é um produto do renascimento italiano”. Segundo estes autores, a contabilidade começa a surgir entre os séculos XIII e XIV nos diversos centros de comércio no norte da Itália, onde utilizavam os sistemas de partidas dobradas.

Historicamente, o desenvolvimento contábil veio para responder às necessidades empresariais.

A cada dia que passa, o fluxo de informações dentro de uma empresa fica maior e mais complexo, exigindo cada vez mais um número maior de dados para auxiliar na tomada de decisões. E essa complexa malha organizacional exige uma demanda cada vez maior de profissionais que consigam ter uma visão ampla.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2004), no Brasil, nove em cada dez empresas são classificadas como micro ou pequena empresa, as quais absorvem maior contingente de mão-de-obra em relação às grandes empresas. O problema é que muitas dessas empresas não suportam as pressões normais do cotidiano e acabam encerrando suas atividades com pouco tempo de vida.

As exigências no ambiente dos negócios e o intento de tomar as melhores decisões induzem os tomadores de decisão a revisar e aprimorar seus sistemas de controles, de forma que os novos sistemas forneçam mais dados que lhes permitam identificar melhor as competências e fraquezas, como também as oportunidades e ameaças do negócio.

A contabilidade faz parte do cotidiano operacional das micro e pequenas empresas. Devido às mudanças no mundo empresarial, torna-se cada vez mais essencial no desenvolvimento desta, como ferramenta auxiliar no gerenciamento das decisões. Portanto, a contabilidade exerce papel fundamental nesse processo.

As micro e pequenas empresas vêm sendo, há muito tempo, alvo de atenção de analistas econômicos devido ao seu potencial de geração de renda e de emprego. De acordo com La Rovere (1999), esta atenção se intensifica à medida que os atributos de flexibilidade e rapidez de adaptação às demandas do mercado características de muitas empresas são valorizadas. Assim, políticas de inovação voltadas para estas empresas podem ser um instrumento de estímulo ao crescimento e à competitividade de setores e de regiões.

A contabilidade moderna, além de mensurar o patrimônio e calcular o resultado de determinado período, propicia uma grande base de dados a qual permite a seus usuários a obtenção de informações relacionadas com a tomada de decisões, por exemplo: quanto preciso ter em estoque no começo do período, qual o saldo inicial de caixa desejado para determinado mês, qual preço mínimo pode-se praticar para determinado produto ou serviço, qual a melhor estratégia para a elisão fiscal.

A sobrevivência de uma empresa, nos dias de hoje, está relacionada à capacidade de antever cenários adversos ou favoráveis e realizar mudanças rápidas de rumo para se adaptar à nova realidade. Nessas circunstâncias, a escrituração contábil é fundamental para orientar o gestor nas decisões que precisam ser tomadas.

Por tudo até aqui mencionado a contabilidade ganha importância nesse contexto, haja vista que possibilita uma base de dados na qual disponibiliza informações econômicas e financeiras, sendo um importante instrumento para o controle externo, além disso, tem a capacidade de orientar a tomada de decisão nas instituições contribuindo para que a aplicação dos recursos seja feita com eficiência.

1.2 Tema e problema

A contabilidade tem sido considerada um importante instrumento de gestão. Após pesquisas realizadas pelo SEBRAE (2004), mortalidade das pequenas e médias empresas, nota-se que, além das causas já conhecidas, como a carga tributária e as altas taxas de juros, a má gerência é fator relevante para a extinção dessas empresas. Assim, a Contabilidade torna-se importante, haja vista que possibilita uma base de dados na qual é possível a disponibilização de informações que norteiam a tomada de decisão.

De acordo com Martins (2005), existe esse grande problema, mortalidade das pequenas e médias empresas, porque essas organizações, muitas vezes, não suportam as pressões normais do cotidiano e acabam encerrando suas atividades. São postos de serviços fechados, produtos ou serviços que deixam de ser oferecidos à sociedade, enfim um verdadeiro desperdício dos recursos que compõem as organizações.

Com o desenvolvimento tecnológico, o crescimento das organizações e a complexidade do ambiente econômico, verifica-se por parte das pequenas empresas certa dificuldade no entendimento e na gestão dos negócios. A consequência natural desse processo é a necessidade, cada vez maior, de informações que auxiliem os administradores nas tomadas de decisões e em seus controles organizacionais.

A contabilidade, como sistema de informação, caracteriza-se por registrar todas as transações ocorridas nas organizações, constituindo-se num banco de dados. Seus dados são úteis à administração, além de representarem um instrumento gerencial eficaz para o processo decisório e de controladoria. A diferenciação entre o que são dados e o que são informações é explicitada por Matarazzo (1998, p. 18), que assim os define:

Dados são números ou descrições de objetos ou eventos que, isoladamente, não provocam nenhuma reação no leitor. Informações representam, para quem as recebe, uma comunicação que pode produzir reação ou decisão, freqüentemente acompanhada de um efeito surpresa.

Para cumprir seu papel como fonte de informações úteis para o processo de tomada decisão, a contabilidade deve acercar-se de características fundamentais à administração, tais como: ser útil, oportuna, clara, íntegra, relevante, flexível, completa e preditiva (fornecer indicadores de tendências), além de ser direcionada à gerência do negócio.

A Contabilidade Gerencial é um dos instrumentos mais utilizados para subsidiar a administração de uma empresa. Seus relatórios abrangem os diferentes níveis hierárquicos e funcionam como ferramentas indispensáveis nas tomadas de decisões, causando forte influência no processo de planejamento estratégico empresarial e no orçamento.

Percebe-se que para conduzir e operar com sucesso uma organização é necessário dirigi-la e controlá-la de maneira transparente e sistemática.

Diante disto, o estudo pretende responder à seguinte questão: Qual a importância da contabilidade como meio de informação no processo decisório e sua relação com o encerramento das micro e pequenas empresas?

1.3 Objetivos da pesquisa

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a importância da contabilidade como meio de informação no processo decisório das micro e pequenas empresas, ou seja, demonstrar as principais questões envolvidas no processo de gestão empresarial, ligadas à contabilidade, que podem explicar a descontinuidade das empresas. No que concerne aos objetivos específicos busca-se o seguinte:

- classificar as micro e pequenas empresas;
- caracterizar Sistemas de Informação Contábil (SIC) e Sistemas de Informação Gerencial (SIG);
- levantar/pesquisar a utilização e a necessidade das informações contábeis para os usuários, via questionário;
- analisar a importância das informações contábeis no processo decisório das empresas; e
- analisar a evasão e a elisão fiscal nas micro e pequenas empresas.

1.4 Justificativa

As dificuldades de definição do conceito de micro e pequenas empresas e o peso do setor informal na economia brasileira levam a diferentes visões sobre a importância destas empresas na economia do país. Segundo estimativas do SEBRAE (2002), há cerca de cinco milhões de empresas no Brasil, das quais 4,6 milhões são microempresas. As estatísticas sobre constituição de firmas individuais nos últimos dez anos permitem estimar também que, pelo menos metade das empresas registradas no Brasil, são de pequeno porte. Entretanto, apenas 30% das empresas sobrevivem por mais de cinco anos.

Segundo Martins (2005), muitos empresários defendem que o principal motivo para o fechamento de suas empresas é a instabilidade econômica: dificuldade para aquisição de financiamento, juros altos, queda do poder aquisitivo, etc.

Sem dúvida esse é um motivo de bastante relevância neste ciclo de encerramento das atividades das empresas, mas a falta de planejamento financeiro e estratégico também contribui para a mortalidade das empresas.

As micro e pequenas empresas assumem, hoje, importância crucial no desenvolvimento econômico. Através de pesquisas realizadas pelo SEBRAE referente ao ano de 2002, observa-se que as micro e pequenas empresas são responsáveis por 57,2% da oferta de empregos totais no Brasil e por 26,0% da massa salarial nacional. Tais estatísticas apontam que esta categoria de empresas é de suma importância para o desenvolvimento da economia do país. Entretanto, as perspectivas destas empresas no que se refere à geração de renda diferem de acordo com condições setoriais, locais e de inserção no mercado externo.

Estudos sobre o desempenho competitivo das micro e pequenas empresas indicam que existem limitações a este desempenho que são comuns às empresas de países desenvolvidos e em desenvolvimento, tais como máquinas obsoletas, administração inadequada e dificuldades de comercialização de seus produtos em novos mercados (LEVISTKY, 1996).

De acordo com Martins (2005), o segmento dos pequenos negócios é um dos principais pilares de sustentação da economia nacional, tanto pelo número de estabelecimento e distribuição geográfica, quanto pela sua capacidade de gerar empregos. Ainda que reconhecida sua importância socioeconômica, o setor encontra sérios obstáculos ao seu crescimento, sustentabilidade e competitividade.

Pesquisas evidenciam a importância da informação e do conhecimento de profissionais das empresas de serviços contábeis, para o sucesso das micro e pequenas empresas. Hoje, muito mais que no passado, é de fundamental importância que o profissional dos serviços contábeis e os proprietários de micro e pequenas empresas passem a utilizar a informação contábil nas decisões do dia-a-dia dos negócios, sendo que, para isso, aqueles devem estar cada vez mais capacitados para dar respostas aos questionamentos e estes devem confiar mais nas informações geradas sobre o seu negócio nos contextos internos e externos.

As informações fornecidas pela contabilidade podem constituir um diferencial competitivo para as empresas, logo, é importante saber quais informações são necessárias e como torná-las disponíveis, de forma clara, objetiva e em tempo hábil para os usuários. Evitando, assim, acúmulo de papéis desnecessários e, muitas vezes, incompreensíveis aos gestores.

A informação contábil não deve, apenas, se restringir ao atendimento das determinações legais, pois, mais que a legalidade, ela deve contribuir decisivamente para a tomada de decisão dos gestores de empresas, desta maneira, ela precisa ser estruturada de forma a atender às necessidades dos usuários.

Dado o exposto, acredita-se que a presente pesquisa possui relevância ao procurar salientar a importância da contabilidade como meio de informação no processo decisório, bem como a sua importância para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

1.5 Metodologia

Tendo em vista o início da pesquisa e a forma de sua elaboração é necessária a definição de alguns conceitos que se tornam importantes para o entendimento deste trabalho.

Inicialmente precisa-se entender a importância de construir conhecimentos que segundo Koche (1997, p. 23) é “a forma mais usual que o homem utiliza para interpretar a si mesmo, o seu mundo e o universo como um todo, produzindo interpretações significativas.” O conhecimento leva a uma visão da realidade, do que está acontecendo a nossa volta e nos possibilita uma mudança nos fatos em nosso benefício. Por isso deve-se estar em constante renovação, atualização, e analisar criticamente as relações existentes entre os fenômenos através de técnicas construtivas. A pesquisa é o melhor caminho para entender a sociedade e aos seres humanos e nasce a necessidade, da curiosidade de conhecer sobre alguma coisa.

Já o conhecimento científico, de acordo com Lakatos e Marconi (1996, p. 21) é:

Real, porque lida com ocorrência e fatos [...] constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através de experimentação [...] é sistemático já que trata de um ser ordenado logicamente, formando um sistema de idéias [...] é verificável a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência [...] é falível em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final e por este motivo, é aproximadamente exato: novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente.

A pesquisa tem como objetivo “tentar conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no mundo existencial” (TRUJILLO, 1974 *apud* LAKATOS; MARCONI, 1996, p. 67).

Para Rudio (1992, p. 9)

Pesquisa, no sentido mais amplo, é um conjunto de atividades orientadas para a busca de um determinado conhecimento. A fim de merecer o qualificativo de científica, a pesquisa deve ser feita de modo sistematizado, utilizando-se para isto método próprio e técnicas específicas e procurando um conhecimento que se refira à realidade empírica.

A metodologia adotada em uma monografia depende do objeto de estudo, de sua natureza, da amplitude e dos objetivos do pesquisador.

Tafner, Silva e Weiduschat (2004, p. 13) definem metodologia como “conjunto de métodos ou caminhos utilizados para a condução da pesquisa.”

Antes de iniciar uma pesquisa, é preciso delinear-la. No entendimento de Kerlinger (1979, p. 94), “pode-se definir delineamento como sendo o plano e a estrutura da investigação, concebidos de forma a permitir a obtenção de respostas para as perguntas de pesquisa.”

Pode-se conceituar monografia, segundo Beuren *et al* (2004, p. 40), como, “trabalho acadêmico que objetiva a reflexão um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática.”

Na concepção de Carvalho (1989), a monografia é um estudo de um determinado tema, obedecendo uma rigorosa metodologia, apresentando o resultado das leituras e observações feitas pelo aluno, que investiga com mais profundidade sobre um determinado assunto.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e qualitativa, tendo em vista que se pretende, por meio da análise crítica, avaliar a importância das informações contábeis no processo decisório das micro e pequenas empresas. Para Gil (1999, *apud* RAUPP; BEUREN, 2003, p. 81):

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

De forma análoga, Andrade (2002) destaca que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e

interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

Segundo Beuren e Raupp (2004, p. 92), na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último.

Adotou-se como procedimentos a pesquisa bibliográfica, através da qual é feita a fundamentação teórica pertinente, na qual são consultados livros, revistas, artigos, e num estudo de caso, em que são aplicados questionários, que conforme Colauto e Beren (2003, p. 130) “[...] é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador.”

Com o intuito de alcançar o objetivo geral deste trabalho, várias etapas devem ser executadas.

A primeira etapa constitui-se na coleta e na análise do material, a ser utilizado, relativo ao tema de pesquisa. Depois será necessário fazer uma seleção do material pertinente ao tema desta pesquisa e como meio de coletar dados a aplicação de um questionário em algumas empresas.

Finalizando o processo de coleta de dados do trabalho monográfico, o passo seguinte é proceder à análise e à interpretação desses dados. Na análise de dados, Gil (1999) explica que o objetivo é organizar sistematicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação.

1.6 Limitação da pesquisa

Esta pesquisa apresenta limitações, sendo uma delas o fato da grande quantidade e diversidade de micro e pequenas empresas existentes.

Como a proposta desta monografia é verificar se as informações contábeis são relevantes e úteis no processo decisório das micro e pequenas empresas, destaca-se como limitação da pesquisa: as perguntas constantes nos questionários, pois foram elaboradas com intuito, exclusivo, de obter o conhecimento pretendido; a pesquisa realizou-se, utilizando-se 16 (dezesesseis) micro e pequenas empresas, no ramo de atividade comercial e prestação de serviços e 04 (quatro) escritórios de

contabilidade todos da grande Florianópolis, não podendo, assim, suas conclusões serem estendidas às demais organizações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Micro e pequena empresa

Segundo La Rovere (1999), não existe consenso quanto aos critérios usados na classificação de uma empresa como micro, pequena, média ou grande. No Brasil, as definições mais usadas envolvem apenas critérios quantitativos, como a do SEBRAE – que utiliza o número de funcionários como base para a classificação – e a do Estatuto da Micro e Pequena Empresa – que utiliza o faturamento bruto anual como critério.

Lima (2001) chama atenção para o fato de que o faturamento anual de uma empresa pode ser um dado difícil de se conseguir e recomenda que a classificação pelo número de funcionários (SEBRAE) seja utilizada para estudos e pesquisas no Brasil.

De acordo com a observação de Martins (2005), as pequenas empresas começaram a ser valorizadas pela sociedade brasileira em meados da década de 80. Por serem extremamente vulneráveis às mudanças no mercado, essas empresas só começaram a ter condições de disputar espaço no mercado, em meados da década de 90, com a criação do Plano Real.

O art. 1º da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999 estabelece o tratamento jurídico diferenciado para as micro e pequenas empresas:

Art. 1º - Nos termos dos artigos 170 e 179 da Constituição Federal, fica assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, em conformidade com o que dispõe esta Lei e a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 e alterações posteriores.

Parágrafo único - O tratamento jurídico simplificado e favorecido, estabelecido nesta Lei, visa facilitar a constituição e o funcionamento da microempresa e empresa de pequeno porte, de modo a assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 1999).

As micro e pequenas empresas são, hoje, em todo mundo e, muito fortemente no Brasil, segmento importante de inclusão econômica e social. O setor tem destacada participação no acesso às oportunidades de emprego e desenvolvimento

econômico do país. Por gerar grande parte dos postos de trabalho e das oportunidades de geração de renda, as micro e pequenas empresas tornam-se a principal base da livre iniciativa e da democracia no Brasil.

2.1.1 Classificação do porte da empresa

Sob o ponto de vista do SEBRAE (2005), a adoção de critérios para a definição de tamanho de empresa constitui importante fator de apoio às micro e pequenas empresas, permitindo que as firmas classificadas, dentro dos limites estabelecidos, possam usufruir os benefícios e incentivos previstos nas legislações que dispõem sobre o tratamento diferenciado ao segmento, e que buscam alcançar objetivos prioritários de políticas públicas, como o aumento das exportações, a geração de emprego e renda, a diminuição da informalidade dos pequenos negócios, entre outras.

Na Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, o critério adotado para conceituar micro e pequenas empresas é a receita bruta anual, cujos valores foram atualizados pelo Decreto nº 5.028/2004, de 31 de março de 2004, que corrigiu os limites originalmente estabelecidos (R\$ 244.000,00 e R\$ 1.200.000,00, respectivamente). Os limites atuais são os seguintes:

- Microempresa: receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 433.755,14 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos);
- Empresa de Pequeno Porte: receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil, duzentos e vinte e dois reais).

O regime simplificado de tributação SIMPLES, que é uma lei de cunho estritamente tributário, adota um critério diferente para enquadrar pequena empresa. Os limites, conforme disposto na Medida Provisória 275/05, são:

- Microempresa: receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);
- Empresa de Pequeno Porte: receita bruta anual superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Além do critério adotado no Estatuto, o SEBRAE utiliza ainda o conceito de pessoas ocupadas nas empresas, principalmente nos estudos e levantamentos sobre a presença da micro e pequena empresa na economia brasileira, conforme os seguintes números:

- Microempresa: na indústria e construção de até 19 pessoas ocupadas, no comércio e serviços de até 09 pessoas ocupadas;
- Pequena Empresa: na indústria e construção de 20 a 99 pessoas ocupadas, no comércio e serviços de 10 a 49 pessoas ocupadas.

2.1.2 Atuação do contador nas micro e pequenas empresas

O que encontra-se na maioria dos escritórios, atualmente, é uma grande prestação de serviços às micro e pequenas empresas. Isto com razão, visto que, em dados divulgados pelo SEBRAE, referentes ao ano de 2005, nos quais o número de micro e pequenas empresas representa mais de 90% do total das empresas no Brasil.

O contador acaba portando como um simples calculador de impostos, contribuições, etc. Isso acaba desvalorizando a imagem do profissional contábil, pois, por se preocupar apenas com a parte burocrática da empresa, ele acabava por trabalhar indiretamente para o Governo, deixando os gestores dessas empresas carentes de dados e informações que ele conhece melhor do que qualquer um. Informações estas indispensáveis como ferramentas para planejamento e para uma melhor gestão da empresa.

Sendo assim, muitas dessas empresas não suportam as pressões normais do cotidiano e encerram suas atividades com pouco tempo de vida. Dados do SEBRAE mostram que cerca de 71% das micro e pequenas empresas abertas anualmente, no Brasil, fecham antes de completar cinco anos. E o contador tem sua parcela de culpa nisso.

Na concepção de Martins (2005),

É fundamental observar que a contabilidade não pode restringir-se, por assim dizer, àquelas atividades obrigatórias, comerciais, fiscais e tributárias, a que usualmente a maioria dos contadores se dedica, privilegiadamente.

Tem que incluir a contabilidade gerencial ou decisória que, tem objetivos mais voltados à administração da empresa. Como, entre outros:

- objetivos vinculados ao suporte à administração;
- elaboração de orçamentos;
- auxílio à elaboração do fluxo de caixa;
- previsão e avaliação de impacto de eventos futuros;
- não se restringe a técnicas e conceitos contábeis, e utiliza instrumentos e informações da economia, administração, finanças e estatísticas.

A contabilidade é um instrumento de apoio à gestão. A contabilidade deve traduzir a realidade integral do negócio, para seu controle e para a preparação correta dos impostos. Só assim o empresário poderá, em tempo útil, fazer um correto planejamento estratégico do seu negócio.

O profissional contábil sugere para os gestores que toda empresa para ter um bom funcionamento, é preciso que seja dotada de um bom sistema de informações que se relacione bem com os ambientes internos e externos para haver um equilíbrio em seus subsistemas operacionais.

A utilização das informações fornecidas pela contabilidade faz as decisões gerenciais serem de extrema importância para a sobrevivência da própria empresa.

2.2 Contabilidade

A história da Contabilidade é tão remota, que muitos estudiosos a descrevem segundo o desenvolvimento da Civilização Humana. Para Sá (1999, p. 15)

A contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano.

A contabilidade surgiu da necessidade do homem em ter um instrumento que relatasse o seu patrimônio de modo a auxiliá-lo na sua mensuração e gestão.

Com o passar dos anos, a contabilidade foi sendo aperfeiçoada até que se chegou a seu grande marco, o surgimento dos métodos das partidas dobradas, um método consagrado até os dias de hoje, capaz de atender às necessidades dos usuários de contabilidade. Após o surgimento dos métodos das partidas dobradas, a ciência contábil continuou a ser aperfeiçoada, destaque para os princípios

fundamentais de contabilidade os quais objetivam estabelecer critérios, a fim da obtenção de relatórios contábeis como uma linguagem comum.

O leque de informações extraídas da contabilidade vem aumentando, especialmente pelo avanço da tecnologia, da demanda de seus usuários, principalmente após a revolução industrial, e do próprio crescimento da ciência contábil.

A contabilidade moderna, além de mensurar o patrimônio e calcular o resultado de determinado período, propicia uma grande base de dados a qual permite a seus usuários a obtenção de informações relacionadas com a tomada de decisões, do tipo quanto preciso ter em estoque no começo do período, qual o saldo inicial de caixa desejado para determinado mês, qual preço mínimo pode-se praticar para determinado produto ou serviço, qual a melhor estratégia para a elisão fiscal.

A contabilidade para atender às demandas gerenciais se ramificou, com isso, nasceu a contabilidade de custos, a contabilidade gerencial e a contabilidade tributária. Outra ramificação da contabilidade é a contabilidade pública, é tratada de maneira singular, pois atende a objetivos e usuários diferentes da contabilidade praticada no segundo setor. A seguir, são tratados por tópicos os tipos de contabilidade.

2.2.1 Contabilidade de custos

A Contabilidade de custos é o maior detalhamento das informações da contabilidade financeira.

Segundo Lawrence e Ruswinckel (1975, p. 1 *apud* VECHIA, 2001, p. 23),

Contabilidade de Custos é o processo ordenado de usar os princípios da contabilidade geral, para registrar os custos de operação de um negócio, de tal maneira que, com os dados da produção e das vendas, se torne possível à administração utilizar as contas para estabelecer os custos de produção e de distribuição, tanto por unidade como pelo total, para um ou para todos os produtos fabricados ou serviços prestados e os custos das outras diversas funções do negócio, com a finalidade de obter operação eficiente, econômica e lucrativa.

A utilização da contabilidade de custos destina-se a produzir informações para diversos níveis gerenciais de uma empresa, como auxílio as funções de

determinação de desempenho, de planejamento e controle das operações e de tomada de decisões.

A contabilidade de custos teve origem a partir da Revolução Industrial, pois naquele momento as empresas passaram a adquirir matéria-prima e a transformá-la, e não mais apenas comprar e vender mercadorias, e com isso tinha-se a necessidade de saber o quanto custava para se elaborar um produto. A partir daquele momento, a contabilidade de custos passou a ser extremamente importante para o controle e a tomada de decisão.

2.2.2 Contabilidade tributária

A contabilidade tributária é o ramo da contabilidade que se preocupa com os fatos fiscais, como ocorrem, como se calcula, como se contabilizam os tributos, quando há créditos fiscais, e, além disso, é a responsável por abastecer de informações contábeis relacionadas com os fatos fiscais. Junto às mutações patrimoniais diárias de qualquer entidade ocorrem os fatos fiscais, ou seja, obrigações de pagamentos de tributos. Os aspectos tributários de qualquer entidade são de grande relevância para o seu crescimento, e por ter o Brasil uma legislação e um sistema fiscal complexo e em constante mudança é possível traçar estratégias para que se diminuam as despesas com os tributos, a partir dos chamados planejamentos tributários e controles dos fatos fiscais. Para que se consiga traçar o planejamento tributário e monitorar as informações fiscais, tem-se a necessidade de constantes atualizações das informações contábeis.

Oliveira *et al* (2003) conceituam a Contabilidade Tributária como o ramo da contabilidade responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, ou grupo de empresas, adaptando ao dia-a-dia empresarial as obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais.

2.2.3 Contabilidade gerencial

Hnedriksen e Van Breda (1999) respeitados pesquisadores da Teoria da Contabilidade nos fornecem um conceito objetivo dizendo que a contabilidade é uma

“linguagem de negócios”. Essa definição confirma e enfatiza o papel de comunicar da contabilidade que está diretamente relacionada à contabilidade gerencial.

Conforme Figueiredo (1995),

Pode-se definir contabilidade como um sistema de informação e mensuração de eventos que afetam a tomada de decisão. É comumente analisada como uma série de atividades ligadas mediante um conjunto progressivo de passos, começando com a observação, a coleta, o registro, a análise e, finalmente, a comunicação da informação aos usuários.

A disseminação da contabilidade gerencial está relacionada ao desenvolvimento e complexidade da economia moderna e com a abertura de mercados e, não somente as grandes empresas devem se utilizar desse instrumento, mas também as empresas de pequeno e médio porte, pois tomam decisões financeiras e necessitam de informações que dêem o suporte necessário.

O aumento da concorrência e a escassez de recursos disponíveis têm contribuído para as constantes mudanças na gestão dos negócios. Com isso, acentua-se a necessidade de informações que auxiliem os administradores nas tomadas de decisão. A contabilidade gerencial vem preencher essa lacuna produzindo informações objetivas, úteis e relevantes através da combinação da contabilidade financeira com várias áreas do conhecimento de negócio.

2.2.4 Relatórios contábeis

O objetivo da contabilidade e dos relatórios originados por ela é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança. Isto exige um conhecimento do modelo decisório do usuário e, de forma mais simples, é preciso saber qual a informação que o usuário julga relevante ou as metas que deseja maximizar para que possa ser delineado o conjunto de informações pertinentes.

A título de ilustração, são apresentados alguns tipos de relatórios contábeis que auxiliam na tomada de decisão, são eles:

- Balanço Patrimonial;
- Balancete de Verificação;
- Fluxo de Caixa;
- Demonstração do Resultado do Exercício;

- Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- Demonstração do Valor Adicionado.

Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil que tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial de uma entidade em determinada data, representando, tanto uma posição estática (igualdade ou elementos de inventário) como dinâmica (equilíbrio ou elementos de gestão).

O Balanço apresenta os Ativos (bens e direitos), Passivos (obrigações) e o Patrimônio Líquido, que é resultante da diferença entre o total de ativos e passivos.

Balancete de Verificação

O Balancete de Verificação consiste na relação das contas patrimoniais e de resultado com seus respectivos saldos contábeis. Através do Balancete é possível chegar a vários resultados importantes para a contabilidade de uma empresa num dado período de tempo, bem como elaborar outros demonstrativos contábeis importantes.

O Balancete é uma ferramenta importante para a apuração do resultado econômico, bem como para elaboração do Balanço Patrimonial.

Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa é um controle de entradas e saídas financeiras de uma empresa. São as previsões e o registro do movimento de entrada e saída de dinheiro de uma empresa, órgão governamental ou mesmo de uma família. Mostra a posição líquida de caixa necessária para certo período. É um importante instrumento para administração de uma organização.

A partir da elaboração de um fluxo de caixa a empresa terá condições de observar o movimento de entradas e saídas do caixa e verificar em qual período haverá sobra ou falta de recursos.

Assim, através desse instrumento de controle, a empresa pode elaborar um planejamento financeiro, de forma a não ser surpreendida com insuficiência de capital de giro.

Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo fornecer aos usuários das demonstrações financeiras da empresa, os dados básicos e essenciais à análise da formação do resultado de exercício.

Observa-se que, a partir dessa demonstração, é possível identificar as operações realizadas pela empresa e apurar o lucro líquido do exercício.

Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos

A Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos evidencia os recursos que a empresa tem à sua disposição, bem como em que os mesmos foram investidos.

Essa demonstração visa identificar as modificações ocorridas na posição financeira de curto prazo da empresa, motivadas pelo ingresso de novos recursos, além dos gerados pelas próprias operações e a forma com que estes foram aplicados.

A Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos é uma peça contábil que auxilia os gestores a analisar a posição financeira a curto prazo da empresa.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido permite aos usuários observar todas as modificações internas ocorridas no patrimônio líquido da entidade em determinado exercício.

Demonstração do Valor Adicionado

Embora a geração de lucro continue sendo uma característica fundamental à continuidade das empresas, as relações intersociais existentes com a globalização

de mercados exigem conhecimento adicional de como determinada entidade agrega valor à economia do país ou da região onde está inserida, tornando o acesso à informação um diferencial competitivo.

A Demonstração do Valor Adicionado tem a função de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada pela entidade, e como essa riqueza foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua geração.

O Valor Adicionado constitui-se da receita de venda deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros.

2.3 Sistema de informação contábil

De forma a acompanhar a economia globalizada, as organizações necessitam de sistemas de informações contábeis especializados para auxiliar no processo decisório. Johnson e Kaplan (1993, p. 3) explicam que “o ambiente econômico contemporâneo exige excelência dos sistemas corporativos de contabilidade gerencial”.

A contabilidade pode ser considerada um sistema de informação, pois atende às necessidades de seus usuários, prestando a eles as informações necessárias, auxiliando-os na tomada de decisão. A contabilidade coleta, armazena, processa e distribui informações aos que necessitam dela, podendo também, através da contabilidade gerencial, proporcionar um *feedback* aos gestores.

Sob a ótica de Padoveze (1997, p. 35),

Poderá ser argüido que fazer um sistema de informação contábil com a ciência de contabilidade é um vício de linguagem, já que a própria contabilidade é um sistema de informação. [...] O que vemos, porém, mais amiúde, é a construção de sistemas de informação contábil e contabilidade financeira. Outro ponto observado na construção dos sistemas de informação contábil são trabalhadas de forma não integrada. Ponto importante também é a rotinização da informação contábil gerencial. Concluindo, para se fazer contabilidade gerencial é necessário um sistema de informação contábil gerencial, um sistema de informação operacional, que seja um instrumento dotado de características tais que preencha as necessidades informacionais dos administradores para o gerenciamento de sua entidade.

Nesse sentido, a informação contábil direcionada para a gestão organizacional, conhecida como contabilidade gerencial, volta-se especificamente a

atender às necessidades de informações durante o processo decisório, estabelecendo equilíbrio organizacional com o ambiente externo.

Padoveze (2003, p. 126), define sistema de informação contábil como “os meios que o contador geral, o contador gerencial ou o controller utilizarão para efetivar a contabilidade e a informação contábil dentro da organização, para que a contabilidade seja utilizada em toda a plenitude”.

Como sistema de informação, a contabilidade deve ser capaz de fornecer dados para atender aos seus usuários. Para isto é necessário que se utilize dos princípios contábeis e de técnicas contábeis que permitam que os dados por ela obtidos sejam confiáveis.

Para Moscove, Simkin e Bagranoff (2002) o sistema de informação contábil é um subsistema de informações dentro da organização. É considerado assim, pois acumula informações de diversos sistemas da entidade, comunicando-os ao sistema de processamento de informações.

Os sistemas de informação basicamente são compostos por três componentes principais. São eles as entradas, o processamento e a saída.

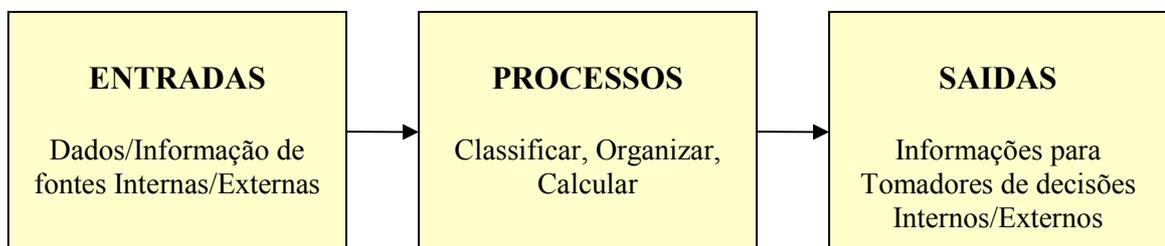


Figura 1 – Componentes do Sistema de Informação
Fonte: Extraído de Moscove; Simkin; Bagranoff (2002, p. 23)

As entradas podem ser consideradas como sendo a obtenção dos dados, sejam elas fontes internas ou externas às entidades. Nos processos as informações obtidas são classificadas, organizadas e calculadas. Nas saídas têm-se as informações para tomada de decisão, tanto a usuários internos como externos.

2.3.1 O sistema de informação contábil e as empresas

Um dos objetivos da contabilidade é fornecer informações sobre as mutações que ocorrem com o patrimônio das empresas. Entretanto, muitos consideram a

Ciência Contábil como mero instrumento de informação, quando na verdade todas as áreas do conhecimento geram informações.

Os contadores em geral utilizam os sistemas de informação contábil para registrar os dados contábeis das entidades. Esses dados são armazenados e processados e posteriormente são transformados em relatórios, de várias formas e com várias informações necessárias aos gestores.

A contabilidade, além de gerar informações, permite explicar os fenômenos patrimoniais, construir modelos de prosperidade, efetuar análises, controlar e, também, serve para prever e projetar exercícios seguintes, entre tantas outras funções.

Segundo Martins (2005), entende-se como usuário das demonstrações fornecidas pelo sistema de informação contábil toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade uma empresa, um ente com fins não lucrativos, ou mesmo um patrimônio familiar.

Nos últimos tempos, a administração das empresas, dadas as contingências da própria vida em sociedade, tem se modificado tanto em tamanho quanto em complexidade, tornando a contabilidade cada vez mais um indispensável instrumento para sua segurança e desenvolvimento.

A existência da contabilidade decorre da necessidade de se conhecer e controlar os componentes e as variações do patrimônio, riqueza imprescindível à satisfação das necessidades humanas e da vida em sociedade.

De acordo com La Rovere (1999), sempre que há um patrimônio em movimentação sofrendo variações geradas pelo trabalho humano, desenvolvido sobre os elementos que o formam, está-se diante de uma organização econômica. Existe, ainda, além do patrimônio e do trabalho humano desenvolvido sobre ele, o sistema administrativo, que coordena o trabalho e os componentes patrimoniais; dirigindo-se ambos para o patrimônio.

Assim, a contabilidade vem a ser um componente da gestão, tendo como um dos seus principais objetivos fornecer informações para o processo de tomada de decisão e até mesmo de formulação de estratégias.

2.4 Sistema de informação gerencial

Oliveira (1998, p. 39) afirma que:

Sistema de informações gerenciais (SIG) é o processo de transformação de dados em informações que são utilizadas na estrutura decisória da empresa, proporcionando, ainda, a sustentação administrativa para otimizar os resultados esperados.

Através dos sistemas de informações gerenciais as empresas buscam captar e mensurar, de forma sintética, informações relevantes para a escolha de alternativas mais vantajosas. Esse sistema permite que a empresa possa, através da combinação de fatores como pessoas, equipamentos e a comunicação, melhor realizar o planejamento estratégico.

Bio (1985, p. 40) define planejamento estratégico como sendo os “[...] planos destinados a definir as ações do sistema empresa no meio ambiente, com o objetivo de orientá-la para uma posição futura desejada [...].” É a determinação dos caminhos que levarão a empresa a alcançar o sucesso desejado.

Administradores, gerentes e demais categorias, que exercem significativa influência na tomada de decisão de uma empresa, devem ordenar os recursos existentes e utilizá-los de forma otimizada. Os tomadores de decisões devem estar cientes da importância da elaboração de um planejamento, no qual serão definidas as metas a serem alcançadas, e da realização do *feedback*, em que será realizada a avaliação, correção e mudanças necessárias nas estratégias visando alcançar a excelência dos resultados.

Bio (1985, p. 26) afirma que:

[...] os sistemas formais de informação são limitados quando se levam em conta os fatores externos. A administração recebe informações sobre a economia, concorrência, leis e regulamentos das mais variadas formas e precisa consolidar informações externas e internas para planejar suas operações [...].

Esta talvez seja a principal dificuldade enfrentada pelas empresas, sendo necessário, nesse momento, além de um sistema que proporcione a interação das informações oriundas dos diversos departamentos, a atuação de profissionais que tenham condições de consolidar tais informações com o ambiente externo. Para

ludícius (1998, p. 309) “nada substitui na empresa o conhecimento íntimo das informações por parte do Contador gerencial e o *feeling* do Gerente Financeiro que vai utilizar as informações [...]”

2.4.1 O sistema de informação gerencial e as empresas

O principal objetivo dos sistemas de informações gerenciais é fornecer informações úteis aos gestores da organização, permitindo que tenham uma visão regular das operações efetuadas pela empresa e permitindo que esta possa atingir seus objetivos e metas.

Os dados obtidos nos sistemas de informações gerenciais podem ser provenientes tanto de fontes internas quanto de fontes externas. A fonte interna mais utilizada é o Sistema de Processamento de Transações¹ e as fontes externas podem ser dados de clientes, fornecedores, acionistas e concorrentes, cujos dados ainda não tenham sido coletados pelo sistema de processamento de transações.

Catelli (1999, p. 308) expõe que:

O sistema de informações suporta o sistema de gestão nos níveis gerenciais e de execução das atividades operacionais. As características do sistema de informações dependem do sistema de gestão a quem deve dar o devido suporte, sobretudo no modelo de gestão empresarial.

Assim como os objetivos a serem alcançados pelos diferentes usuários diferenciam-se, as informações a eles destinadas também devem ser estruturadas de forma diferenciada. Será o tipo de informação que estabelecerá uma base sólida do sistema organizacional, já que este necessita de dados específicos e concretos para a sua consolidação no mercado competitivo.

¹ Está intimamente ligado às rotinas diárias, normalmente ocorridas nas entidades. É o sistema que coleta os dados. Neste sistema há a entrada e alimentação de dados, o processamento e armazenamento das informações e a geração de documentos e relatórios.

2.5 O processo de tomada de decisões

De acordo com Stoner e Freeman (1999, p. 182), a tomada de decisões corresponde ao processo de identificar um problema específico e selecionar uma linha de ação para resolvê-lo. Desse modo, a tomada de decisão compreende a análise de alternativas e conseqüentemente, a escolha da melhor. Ainda para Stoner e Freeman (1999, p. 182),

A idéia de que os administradores são selecionadores de problemas pode sugerir a imagem de gerentes por trás de suas mesas, decidindo com calma o que fazer em relação a cada problema que surja. Na verdade, os administradores divergem muito no que consideram ser um problema e em como decidem resolvê-lo. [...] Problemas diferentes requerem tipos diferentes de tomada de decisão. [...] Quatro situações informais e intuitivas em geral alertam os administradores para a existência de um problema: o desempenho se desvia da experiência passada; o desempenho se desvia de um plano; outras pessoas exprimem insatisfação; o desempenho dos concorrentes desafia a organização.

Pelo fato da organização ser um sistema aberto, os seus problemas diferirão em decorrência das influências do ambiente externo. Tais problemas irão acarretar, por sua vez, conseqüências nos subsistemas organizacionais, requerendo ações decisórias qualitativas e diferenciadas para cada questão. Portanto, a função do gestor baseia-se em constantes decisões organizacionais, sejam elas decisões programadas ou não-programadas. Uma vez definido o problema, as atenções do gestor voltam-se para detectar a decisão mais adequada, para atingir uma solução efetiva. A figura 2 ilustra, de forma esquemática, como sucede o processo de tomada de decisões.

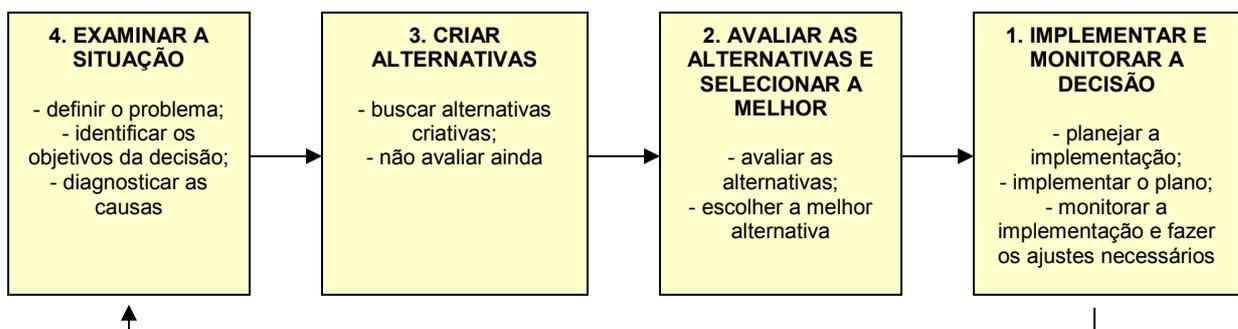


Figura 2 – Processo de Tomada de Decisões
Fonte: Adaptado de Stoner e Freeman (1999, p. 186)

Stoner e Freeman (1999, p. 185) explicam que,

Nenhuma abordagem do processo decisório pode garantir que o administrador tome sempre a decisão certa, mas os administradores que usam uma abordagem racional, inteligente e sistemática têm mais probabilidade de chegar a soluções de alta qualidade.

Desse modo, o processo de tomada de decisões, direcionado à eficácia do resultado, envolve etapas para analisar a situação, criar alternativas, avaliar alternativas, selecionar a melhor, implementá-la e monitorar sua execução. Porém, para atingir o resultado esperado, o gestor precisa dispor de sistemas de informações que lhe garantam maior segurança na tomada de decisões e permitam o alcance dos objetivos organizacionais.

2.6 Informação e tomada de decisões

A informação exerce papel fundamental no processo de tomada de decisões, quando o gestor, amparado por dados seguros e atualizados, direciona a organização rumo à concretização do planejamento estratégico estabelecido. Como afirma Catelli (1999, p. 317), “os gestores têm grande dependência do recurso informação. A informação é a matéria-prima do processo de tomada de decisão.”

Na opinião de Cassaro (2001, p. 40), “os sistemas de informações devem permitir adequado comando, controle e coordenação do ciclo gerencial.” O processo decisório compreende um ciclo, de modo que a existência de informações adequadas para cada fase resulta em extrema importância para a continuidade organizacional. Para o autor, o ciclo gerencial consiste no esquema representado pela figura 3.

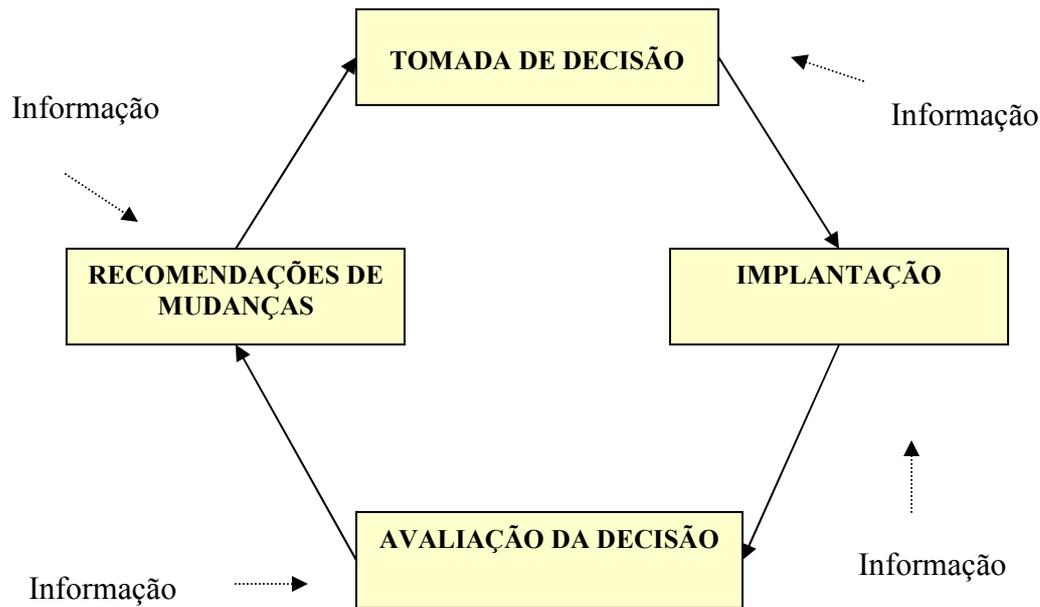


Figura 3 – Ciclo Gerencial
 Fonte: Adaptado de Cassaro (2001, p. 41)

A organização, como sistema aberto, necessita de informações abrangentes que garantam ao gestor, no seu processo decisório, maior conhecimento dos ambientes externo e interno, possibilitando a permanência do sistema no mercado globalizado, com uma economia ativa e dinâmica. Como afirma Corbett (1997, p. 22),

Qualquer organização precisa de um sistema de informação que oriente e motive os gerentes a irem na direção da meta que possui. Eles precisam saber em que direção devem concentrar seus esforços, para levarem a organização a se aproximar cada vez mais de sua meta.

2.7 Importância do planejamento nas micro e pequenas empresas

No Brasil, entre dez empresas, nove são classificadas como micro e pequenas empresas, de acordo com dados estatísticos do SEBRAE, as quais absorvem um maior contingente de mão-de-obra em relação às grandes. O grande problema é que essas organizações muitas vezes não suportam as pressões normais do cotidiano e acabam encerrando suas atividades. São postos de serviços fechados, produtos ou serviços que deixam de ser oferecidos à sociedade, enfim um verdadeiro desperdício dos recursos que compõem as organizações.

Muitos empresários defendem que a instabilidade econômica seria a maior razão para o fechamento de suas empresas: dificuldades para aquisição de financiamentos, juros altos, queda do poder aquisitivo, etc.

De acordo com Martins (2005), realmente estes fatores ocorrem e têm grande peso na administração das micro e pequenas empresas. Desta forma, elas acabam fadadas à incerteza, e, os novos empresários à falta de sono em suas noites, uma vez que o processo de consolidação econômica no nosso país demanda um pouco mais de tempo.

Martins (2005) afirma ainda que, não é a economia a única responsável pelo desemprego e os problemas sociais causados por ele. O grande vilão é a falta de planejamento devido ao despreparo das pessoas que administram estas empresas. Em certas situações os próprios empreendedores, que são brilhantes em suas idéias de negócios, mas que não têm preparo para geri-los.

Ou seja, isso evidencia que o principal problema nessas empresas é a falta de planejamento, execução e controle (desse planejamento).

2.8 Planejamento tributário

Segundo Mosimann e Fisch (1999), o planejamento é a tentativa de prever as ocorrências futuras e estar preparado para agir de forma a evitar surpresas desagradáveis no funcionamento e na gestão do empreendimento.

Embora qualquer empreendimento ofereça riscos, é possível prevenir-se contra eles através de algumas ferramentas operacionais que podem dirimir os riscos e auxiliar o administrador na tomada de decisões.

O planejamento sozinho não alcança os objetivos da empresa. Se o planejamento realizado não for executado, acompanhado, controlado e, o mais importante, corrigido se necessário, de nada adiantará realizar o planejamento.

Nas empresas de pequeno porte, esta é a etapa do processo de gestão mais ausente. A maioria dessas empresas, até inconscientemente, praticam as etapas de execução e até de controle de alguns de seus objetivos, como vender, obter lucro, manter continuidade, etc., que o empresário acaba definindo erroneamente como

uma espécie de planejamento, pois, para ele o importante é se a empresa está tendo lucro hoje.

Essa falta de planejamento é a grande vilã das micro e pequenas empresas no Brasil. Essas empresas estão presentes num mercado altamente competitivo e algumas, ainda, enfrentam uma alta sazonalidade na área na qual atuam. Por isso, o planejamento é de grande influência na existência dessas empresas.

De acordo com Souza (2006), o Brasil possui uma carga tributária extremamente elevada, correspondente a 33,87% de seu Produto Interno Bruto (PIB), enquanto em países como a Argentina e México, comparáveis ao Brasil em itens como renda per capita e eficiência dos serviços públicos, a arrecadação corresponde a 15,3% e 18,3% de seu PIB, e em países como os Estados Unidos e Japão, nos quais serviços públicos tais como saúde e educação efetivamente funcionam, a arrecadação representa, respectivamente, 29,7% e 21,0% de PIB. Contudo, ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, nos quais a tributação incide principalmente sobre a renda, mais de 70% da elevada carga tributária brasileira resultam de tributação sobre o setor produtivo, tornando portanto afirmativas no sentido de que empresários brasileiros são sonegadores, quando respondem estes por mais de 70% da carga tributária.

Em época de mercado competitivo e recessivo, de aumento da concorrência entre as empresas nacionais, o planejamento tributário assume um papel de extrema importância na estratégia e finanças das empresas, pois quando se analisam seus balanços, percebe-se que os encargos relativos a impostos, taxas e contribuições são, na maioria dos casos, mais representativos do que os custos de produção.

Quando se pensa em realizar algo de forma clara e objetiva no âmbito empresarial, está se decidindo pelo planejamento, isto é, por um projeto de previsão das necessidades e realizações, sendo o contador figura de destaque no instante de implementar esse ferramental valioso de gestão: o planejamento tributário. Com isso estará colaborando decisivamente para a continuidade do negócio e conseqüentemente manutenção de empregos.

Domingues (2000), conceitua o planejamento tributário como sendo “um conjunto de medidas contínuas que visam a economia de tributos, de forma legal,

levando-se em conta as possíveis mudanças rápidas e eficazes, na hipótese do fisco alterar as regras fiscais”.

O objetivo do planejamento tributário é oferecer um conjunto de alternativas viáveis para o pagamento de impostos, reduzindo a carga tributária para o valor realmente devido por lei.

Para Oliveira (2002), o planejamento tributário tem três finalidades:

- evitar a incidência do tributo – nesse caso adota-se procedimentos com fim de evitar a ocorrência do fato gerador;
- reduzir o montante do tributo – as providências serão no sentido de reduzir a base de cálculo ou alíquota do tributo;
- retardar o pagamento do tributo – o contribuinte adota medidas que têm por fim postergar o pagamento do tributo, sem ocorrência da multa.

O planejamento tributário possibilita boa economia fiscal ou mesmo a redução de tributos, utilizando métodos e procedimentos técnicos que permitem o estudo personalizado e minucioso dos diversos setores e atividades empresariais.

2.8.1 Elisão e evasão fiscal

Para se produzir um planejamento tributário, torna-se necessário saber distinguir com bastante propriedade os significados da evasão fiscal e da elisão fiscal.

Segundo Martinez (2002), a evasão fiscal consiste em toda ação consciente, espontânea, dolosa ou intencional do contribuinte através de meios ilícitos para evitar, eliminar, reduzir ou retardar o pagamento do tributo devido, não se configurando em hipótese alguma com o planejamento tributário lícito.

A evasão causa enormes prejuízos aos negócios, ao governo e, por extensão, à sociedade como um todo. Trata-se de procedimentos adotados após o fato gerador ocorrido e, nesse campo, por exemplo, destacamos a omissão de registros em livros fiscais próprios, utilização de documentos inidôneos na escrituração contábil e a falta de recolhimento de tributos apurados.

A utilização, por parte das empresas, da evasão fiscal, origina-se tanto da descrença na aplicação dos recursos por parte do governo como do desejo de redução de custos. Outro fator de sonegação é a política de fiscalização utilizada pelo governo, nem sempre eficaz, o que acaba incentivando cada vez mais as empresas a se utilizarem deste recurso para reduzir a sua carga tributária. Pode-se observar, também, que a economia informal, além de ser prejudicial à sociedade, por ser privada de recursos, acaba atingindo a própria economia do país, pois as empresas organizadas e que recolhem os tributos devidos acabam tendo que concorrer com outras que não recolhem o que devem e, assim, podem reduzir os seus custos e, conseqüentemente, seus preços.

O termo elisão fiscal, mais comumente tratado como planejamento tributário, é uma prática gerencial muito utilizada atualmente, objetivando diminuir a carga tributária. Porém, em torno deste há inúmeros conceitos que discutem a legalidade e até a sua moralidade, uma vez que se trata de um assunto envolvendo economia de tributos e, por conseguinte, aumento nos lucros, transformando-se em um tema delicado de ser tratado já que pode significar o sucesso ou não de uma empresa em seu ramo de atividade.

Sendo assim, Martinez (2002) vê a elisão como uma conduta lícita do contribuinte antes da ocorrência do fato gerador, que ele pratique sem que esteja revestida de nenhuma prática simulatória, com a qual ele obtenha uma menor carga tributária legalmente possível.

A elisão fiscal representa a execução de procedimentos, antes do fato gerador, legítimos, éticos, para reduzir, eliminar ou postergar a tipificação e a obrigação tributária, caracterizando, assim, a legitimidade do planejamento tributário. Logo, a elisão fiscal é legítima e lícita, pois é alcançada por escolha feita de acordo com o ordenamento jurídico.

É dever de todo administrador maximizar os lucros e minimizar as perdas. Por essa razão, o planejamento tributário é um instrumento tão necessário de gestão de negócios, quanto qualquer outro planejamento, seja de marketing, de vendas, de qualificação de pessoal, de comércio exterior, etc.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para realização da pesquisa, foram elaborados dois tipos de questionários que continham questões discursivas e objetivas para cada tipo de participante.

Os questionários foram entregues a 04 (quatro) escritórios de contabilidade e 16 (dezesseis) micro e pequenas empresas. Tais escritórios e empresas foram escolhidos para participarem da pesquisa pela facilidade de contato.

A grande maioria dos entrevistados, 10 (dez) empresas e 3 (três) escritórios, responderam o questionário de imediato, com a participação da autora, o que facilitou a interpretação. Houve ainda os que preferiram responder sozinhos e entregar em outro momento, tendo sido nesses casos prolongada a obtenção das respostas e nem sempre completas, o que acabou dificultando a análise do resultado.

Este trabalho se baseou também em pesquisas feitas anteriormente, que abordaram o mesmo objeto. Em função disso considerou-se o número de empresas participantes suficiente para analisar o grau de importância da informação contábil no processo decisório das micro e pequenas empresas.

3.1 Controle e informação nas empresas

A análise apresentada a seguir, além das respostas específicas às perguntas propostas, dá a entender a pequena importância que os pequenos e micro empresários atribuem aos aspectos de gestão para a tomada de decisão em suas empresas. Questões como planejamento, objetivos, metas futuras e controle interno, são normalmente esquecidos, causas essas, como descritas anteriormente em dados extraídos do SEBRAE, são alguns dos principais fatores para a mortalidade das micro e pequenas empresas.

O pouco conhecimento dos administradores/gerentes em contabilidade, 81%, como demonstra a análise, e por consequência o também pouco conhecimento em outros aspectos de gestão, contribuem para o descrito no parágrafo anterior.

O estudo irá demonstrar, entre outras coisas, a desconfiança dos administradores/gerentes em relação às informações contábeis, de modo que os prestadores de serviços contábeis não elaboram relatórios gerenciais por não possuírem acesso às informações necessárias ou devido ao fato de a empresa possuir formas específicas de controle interno, não permitindo que os sistemas contábeis gerenciais participem como instrumento de informação no processo decisório.

Para que as informações contábeis tornem-se relevantes e seja uma base confiável para os aspectos decisórios, a contabilidade deve-se apoiar em controles internos eficientes, os quais alimentarão os sistemas contábeis para a produção de relatórios relevantes e tempestivos. Em consequência a pouca importância que os micros e pequenos empresários dão aos informes gerados pelos prestadores de serviços contábeis para a tomada de decisão, 60% dos entrevistados, conforme demonstrará a análise, dá a entender que em suas empresas, o controle a fim de alimentar o banco de dados da contabilidade, como para a extração de informações importantes para a continuidade do negócio, não acontece. Diante disso, observa-se que as informações normalmente oferecidas aos escritórios são apresentadas de maneira tardia, 80% conforme análise, e embaraçadas, impossibilitando a oferta de informações para os aspectos gerenciais.

Um sistema de contabilidade deve ser apoiado em controles internos eficientes para possibilitar a confiança nas informações contidas nos seus relatórios, evitando assim, informações contábeis distorcidas que podem levar a conclusões erradas e prejudiciais à empresa. Para que isso ocorra é de fundamental importância que os administradores/gerentes valorizem as informações fornecidas pelos prestadores de serviços contábeis que são realizadas através das informações fornecidas pelas empresas.

Na análise que auxiliou o estudo, percebe-se que a maioria dos escritórios de contabilidade não oferta e nem incentiva o uso dos serviços de contabilidade gerencial alegando o não interesse do empresário.

Embora de suma importância, como visto no decorrer do estudo, as informações que a contabilidade pode produzir como auxílio importante para o bom andamento do negócio parecem não seduzir boa parte dos micro e pequenos empresários, com isso os escritórios de contabilidade, quase sempre acabam servindo apenas para as questões legais e tributárias.

3.2 Análise de dados coletados nos escritórios de contabilidade

Os questionários aplicados aos escritórios de contabilidade buscam relatar o conhecimento dos profissionais que trabalham nas entidades prestadoras de serviços contábeis, sobre as ferramentas gerenciais proporcionadas pela contabilidade e a divulgação aos seus clientes.

Como mostra o APÊNDICE A, foram abordadas questões gerais referentes às características pessoais dos profissionais e questões específicas que relatavam os tipos de serviços prestados aos clientes.

A análise dos dados obtidos nos escritórios de contabilidade, referente às informações gerais, mostra que dos 41 (quarenta e um) profissionais atuantes nos escritórios analisados, 34 (trinta e quatro) possuem formação superior em ciências contábeis, 1 (um) é técnico em contabilidade e 6 (seis) são estagiários que possuem curso de ciências contábeis incompleto.

Percebe-se ainda que grande parte dos profissionais que prestam serviços contábeis possuem idade média entre 30 a 60 anos.

Em relação às informações específicas, no que se refere aos serviços prestados pelos profissionais contábeis, verificou-se que todos os escritórios oferecem serviços de contabilidade fiscal e pessoal aos seus clientes. Alguns escritórios, além dos serviços citados no questionário, oferecem também serviços de Prestação de Contas a Condomínios e Paralegal como abertura e baixa de empresas, conforme mostra o gráfico 1.

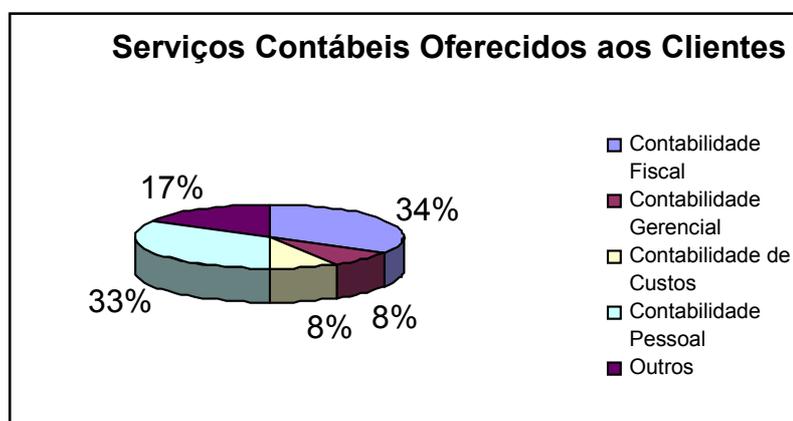


Gráfico 1 – Serviços Contábeis Prestados pelos Escritórios
Fonte: Elaborado pela autora (2006)

Conforme exposto pelos profissionais contábeis entrevistados, a periodicidade de fornecimento das informações contábeis às empresas, quando fornecida, é no mês corrente ou com no máximo 1 (um) mês de atraso. Os prestadores de serviços afirmaram disponibilizar assessoria para esclarecer eventuais dúvidas no entendimento por parte de seus clientes dos relatórios contábeis.

Dos escritórios analisados, 50% deles afirmam desenvolver relatórios gerenciais para auxiliar no processo de tomada de decisões de seus clientes, como fluxo de caixa e relatórios sobre riscos fiscais. Os outros 50% alegaram o desinteresse de seus clientes como principal motivo para o não desenvolvimento desses relatórios.

De acordo com os questionários analisados, os escritórios que não fornecem relatórios gerenciais para auxiliar no processo de tomada de decisões são os mesmos que afirmam não incentivar sua utilização por parte de seus clientes. Podemos considerar o não incentivo como principal causa de sua não utilização.

Todos os profissionais contábeis entrevistados alegaram se sentir preparados para efetuar o planejamento tributário de seus clientes e afirmam fazer o gerenciamento dos impostos, procurando formas lícitas de pagar menos tributos.

Em relação à frequência que entram em contato com seus clientes, a maioria dos escritórios entrevistados afirmaram entrar em contato uma vez por mês. Um dos escritórios alegou ter que entrar em contato mas de duas vezes ao mês para cobrança de comprovantes de gastos (documentação) que nem sempre são encaminhados em tempo hábil, conforme mostra o gráfico 2.



Gráfico 2 – Encaminhamento da Documentação por parte dos Clientes
Fonte: Elaborado pela autora (2006).

3.3 Análise dos dados coletados nas empresas

Os questionários foram aplicados a micro e pequenas empresas da grande Florianópolis nas quais a autora tinha mais afinidade e facilidade no contato, com o objetivo de evidenciar a utilização das informações contábeis na tomada de decisão.

Como mostra o APÊNDICE B, o questionário abordou questões gerais referentes às características pessoais dos administradores/gerentes das empresas e questões específicas que procuraram demonstrar os tipos de serviços contratados pelos clientes dos escritórios de contabilidade e o conhecimento sobre a importância e a aplicação da contabilidade na gestão da empresa.

Participaram da pesquisa 16 (dezesesseis) empresas, sendo 9 (nove) microempresas e 7 (sete) empresas de pequeno porte, todas do ramo de atividade comercial e/ou prestação de serviços como mostra o quadro 1.

| Porte da Empresa | Nº de Empresas por Atividade Exercida | | |
|--------------------------|---------------------------------------|----------------------|----------------------------------|
| | Comercial | Prestação de Serviço | Comercial e Prestação de Serviço |
| Microempresa | 04 | 04 | 01 |
| Empresa de Pequeno Porte | 03 | 04 | - |

Quadro 1 – Nº de Empresas por Porte e Atividade Exercida
Fonte: Elaborado pela autora (2006)

A partir dos questionários respondidos, observou-se que a maioria dos administradores/gerentes possui entre 30 a 60 anos. Quanto ao nível de formação, a pesquisa revelou que 8 (oito) micro e pequenas empresas possuem administradores/gerentes com curso superior completo, 2 (duas) com curso superior incompleto, 5 (cinco) com 2º grau completo e 1 (uma) tem à frente de sua empresa um profissional com apenas o 1º grau completo.

Observou-se que, dentre as empresas analisadas, duas possuem funcionários com formação superior em contabilidade, sendo que as demais afirmam ter pouco conhecimento e dependem exclusivamente do conhecimento do prestador de serviços contábeis, conforme mostra o gráfico 3.

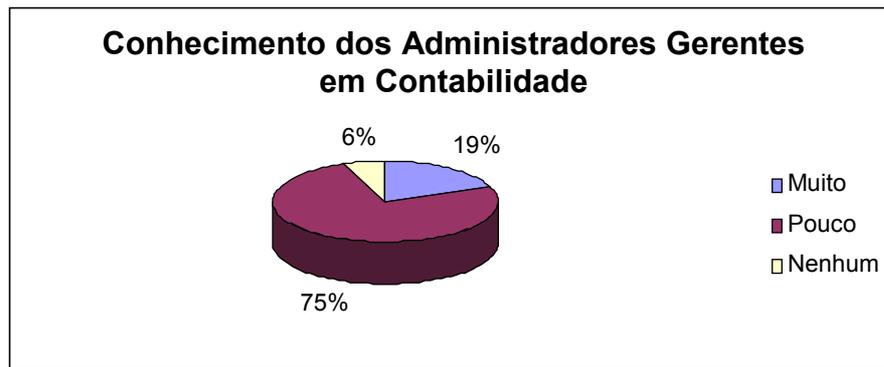


Gráfico 3 – Conhecimento dos Administradores Gerentes em Contabilidade
Fonte: Elaborado pela autora (2006)

As empresas foram questionadas sobre a visão que possuem da contabilidade. Em relação a isso observou-se que, das 16 (dezesesseis) empresas participantes da pesquisa, 05 (cinco) vêem a contabilidade apenas como ferramenta necessária para atender as exigências fiscais e 11 (onze) a vêem como ferramenta necessária para atender exigências fiscais e importante para auxiliar na tomada de decisão. Dentre essas 11 (onze) empresas, 09 (nove) afirmam utilizar a contabilidade para controles fiscais e gerenciais, sendo que as outras 02 (duas) apesar de saber de sua importância na gestão, não a utilizam por falta de tempo para o controle, falta de confiança no prestador de serviços ou por não acharem necessário.

Pode-se perceber no quadro 2, que os relatórios contábeis que as empresas mais recebem dos prestadores de serviços contábeis são: Balanço Patrimonial, Balancete de Verificação, Fluxo de Caixa e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

| Relatórios Contábeis | Nº de Empresas |
|--|----------------|
| Balanço Patrimonial | 10 |
| Balancete de Verificação | 11 |
| Fluxo de Caixa | 7 |
| Demonstração do Valor Adicionado | 0 |
| Demonst. do Resultado do Exercício | 7 |
| Demonst. das Origens e Aplicações dos Recursos | 1 |
| Demonst. das Mutações do Patrimônio Líquido | 0 |
| Outros | 1 |

Quadro 2 – Relatórios Recebidos dos Prestadores de Serviços Contábeis
Fonte: Elaborado pela autora (2006)

Uma das empresas alegou receber, além do Balanço Patrimonial, do Balancete de Verificação e da DRE, outros relatórios como posição de fornecedores/contas a pagar e orçamentos gerais.

Com relação à periodicidade que as empresas recebem as demonstrações contábeis, observou-se que a maioria das empresas recebe as demonstrações no mês corrente, como exposto no gráfico 4.

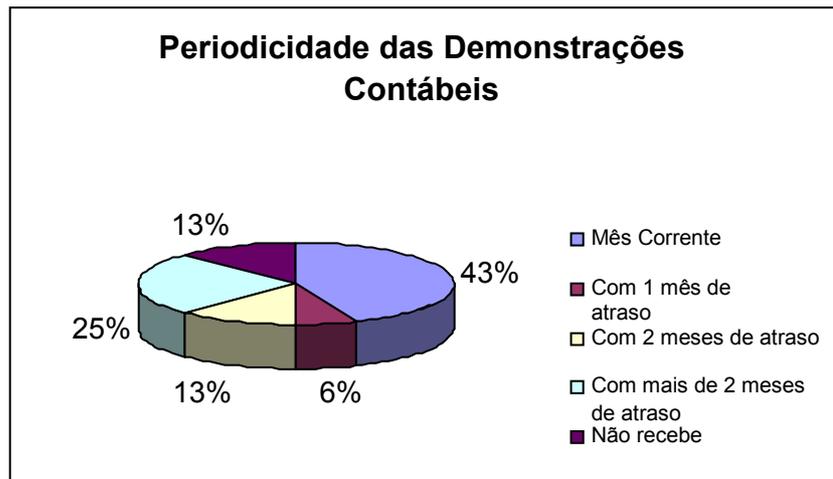


Gráfico 4 – Periodicidade que os Clientes Recebem as Demonstrações Contábeis
Fonte: Elaborado pela autora (2006)

As empresas que não recebem as demonstrações contábeis justificaram alegando que não solicitam pois não utilizam as informações no seu processo de gestão.

Questionou-se as empresas analisadas se existe alguma informação que considere importante e que não é suprida pelos relatórios fornecidos pelo prestador de serviços contábeis, obteve-se como resposta o interesse em saber o verdadeiro “valor” da empresa e dos seus clientes (ativo intangível), questões relacionadas ao centro de receitas e gastos e maiores especificações relacionadas ao ativo permanente.

De acordo com os administradores gerentes entrevistados, 60% analisam os relatórios contábeis e os utilizam para o processo decisório. Embora não seja abordado o mercado externo à organização, os relatórios são considerados úteis por prever situações organizacionais futuras, exercendo sua função de instrumento de tomada de decisão.

Porém, na opinião dos outros 40%, as informações obtidas não são úteis por não serem consideradas confiáveis e atualizadas ou por possuírem relatórios próprios (interno), o que revela descrédito quanto à qualidade informativa dos relatórios contábeis.

Observou-se que, dentre as empresas analisadas, as que não utilizam os relatórios contábeis são as mesmas que não recebem incentivos por parte do prestador de serviços contábeis para a utilização dos relatórios no processo de tomada de decisão.

A falta de conhecimento e a linguagem técnica são consideradas dificuldades quanto ao entendimento dos relatórios contábeis. A pesquisa mostra que mesmo com essas dificuldades a maioria das empresas consegue entender os relatórios, pois seus administradores/gerentes possuem formação na área contábil, contam com auxílio de assessores e/ou os relatórios possuem uma elaboração simplificada. A maioria das empresas afirmam que quando surgem dificuldades para entender os relatórios contábeis, os prestadores de serviços contábeis prestam assessoria.

Verifica-se, portanto, a predominância de reconhecimento da importância dos relatórios contábeis pelos administradores/gerentes, sendo utilizados pela maioria destes como instrumento de informação no processo decisório.

O gráfico 5 mostra o percentual de satisfação das empresas com os serviços contábeis prestados.

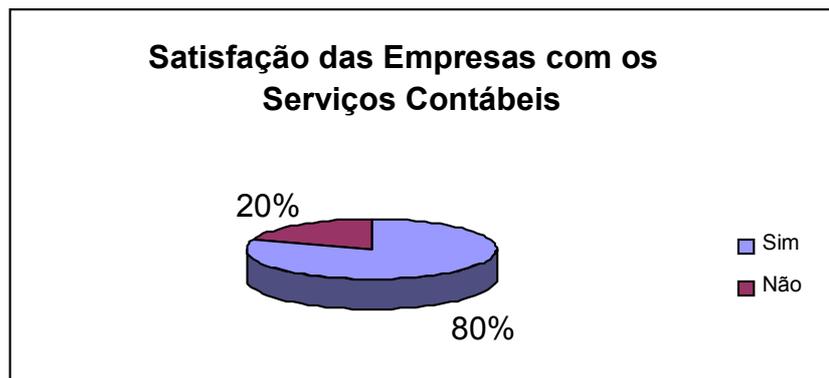


Gráfico 5 – Satisfação das Empresas com os Serviços Contábeis Prestados
Fonte: Elaborado pela autora (2006)

As empresas que não estão satisfeitas com os serviços contábeis prestados alegaram a falta de assessoria, a dificuldade quanto à organização de documentos e

também o prazo de entrega de documentos fiscais como principais motivos de seu descontentamento.

Já 80 % das empresas que estão satisfeitas com os serviços contábeis, afirmaram que os prestadores de serviços estão atendendo às exigências, prestando assessoria e o trabalho está sendo realizado dentro do esperado.

Nesse sentido, a satisfação e a confiabilidade creditada pelos administradores/gerentes as informações e aos relatórios contábeis ressaltam o grau de relevância que estes exercem no desenvolvimento organizacional, como fonte de informação necessária para decisões organizacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando o contexto da pesquisa conclui-se que a contabilidade é importante para que os gestores sejam auxiliados na tomada de decisão. Assim, a contabilidade tem muito que colaborar, no intuito de continuar se aperfeiçoando para prestar cada vez mais informações úteis a respeito de toda a vida da empresa.

A profissão contábil vai prover seus usuários de informações de que necessitam para administrar seu empreendimento, influenciando e participando da vida de uma empresa de maneira decisiva, ou seja, podendo existir para informar influenciando na tomada de decisão.

Logo, o profissional contábil deverá está capacitado para poder oferecer seus serviços, pois é responsável pela geração de informação ao processo decisório, estratégico das empresas. Deve-se caracterizar como profissional capaz de planejar, organizar, liderar e dirigir as atividades de controle de gerenciamento contábil nas empresas. Assim, para diferenciar sua prática profissional da maioria dos colegas tem não só que oferecer bons serviços, mas antes de tudo comunicar-se eficientemente.

O estudo, realizado em 4 (quatro) escritórios de contabilidade e 16 (dezesseis) micro e pequenas empresas localizadas na grande Florianópolis, permitiu maior conhecimento da interação dos sistemas de informação e de gestão. Nesse sentido, com base na amostra realizada, verificou-se que os escritórios de contabilidade afirmam incentivar seus clientes a utilizarem a contabilidade para auxiliar na tomada de decisão e também há desinteresse de seus clientes em utilizá-los.

Observou-se a dificuldade de acesso dos profissionais contábeis às informações necessárias para elaboração de relatórios gerenciais, demonstrando a carência de maior compartilhamento informativo entre os sistemas de gestão e de informação, o que compromete a qualidade dos relatórios gerados.

Apesar do deficiente fornecimento de relatórios contábeis, 80% das empresas responderam que estão satisfeitas com os serviços prestados. Acredita-se que isso

ocorra devido ao bom relacionamento que possuem com os escritórios ou devido à utilização de relatórios internos que complementam as informações fornecidas pelos contadores.

Evidenciou-se a falta de conhecimento de ambas as partes dos benefícios que a contabilidade pode trazer à gestão das empresas e confirmou-se que as empresas pesquisadas a utilizam na maioria das vezes somente para o atendimento das obrigações fiscais.

Acredita-se que o foco das micro e pequenas empresas analisadas está centrado na contabilidade fiscal, devido à falta de conhecimento do potencial gerencial dos relatórios contábeis.

É importante salientar que o sucesso de uma empresa não depende somente de um bom planejamento tributário ou do simples atendimento das obrigações fiscais, mas principalmente do acesso dos gestores a relatórios que forneçam informações oportunas e confiáveis, que sirvam de base para nortear a tomada de decisões.

Esses relatórios devem ser baseados em demonstrativos que reflitam com veracidade a situação em análise, caso contrário, qualquer informação retirada estará imprópria para auxiliar os usuários.

Mediante os resultados da pesquisa, observa-se que os escritórios de contabilidade não estão conseguindo transmitir aos administradores/gerentes o verdadeiro papel da contabilidade, que é auxiliar os usuários internos e externos na tomada de decisão.

Finalmente observou-se, perante a ineficaz divulgação do potencial dos relatórios contábeis feita pelos escritórios, que as micro e pequenas empresas analisadas não utilizam a contabilidade de forma plena, ou seja, não exploram todos os benefícios que essa ciência pode lhes proporcionar.

Devido à extensão do tema, recomenda-se a elaboração de pesquisas futuras que permitam a continuidade do estudo, abordando questões de relevância para a solidificação dos sistemas contábeis gerenciais nas organizações, por exemplo, o grau de acesso do profissional contábil às informações organizacionais necessárias para a elaboração de relatórios. Recomenda-se, ainda, a realização de um estudo de caso que analise o nível de conhecimento dos contadores quanto aos requisitos

necessários para a elaboração de um bom relatório contábil gerencial, de modo a se verificar a falta de informações existente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de informação**. São Paulo: Atlas, 1985.

BRASIL. Lei nº 9841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/2LEIS/L9841.htm>. Acesso em: 18 jul. 2006.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Técnicas de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Papiros, 1989.

CASSARO, A. C. **Sistemas de informação para tomada de decisões**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

CATELLI, Armando. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. São Paulo: Atlas, 1999.

CORBETT NETO, Thomas. **Contabilidade de ganhos: a nova contabilidade gerencial de acordo com a Teoria das Restrições**. São Paulo: Nobel, 1997.

CRUZ, Flávio da. **Contabilidade e movimentação patrimonial do setor público**. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1989.

DOMINGUES, Nereu Miguel Ribeiro. Os Reflexos do Planejamento Tributário na Contabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, XVI, 2000, Goiânia. Conselho Federal de Contabilidade, Tema 8: **A contabilidade e a tributação**.

FIGUEIREDO, Sandra M. A. **Contabilidade e a gestão empresarial: a controladoria**. Rev. Bras. de Cont., n. 93, p. 20-34, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Manual de contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

JOHNSON, H. Thomas; KAPLAN, Robert S. **Contabilidade gerencial: a restauração da relevância da contabilidade nas empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1979.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

KOLIVER, Olívio. **A contabilidade e a controladoria: tema atual e de alta relevância para a profissão contábil**. Porto Alegre: Ed. Conselho Regional do Rio Grande do Sul, 2005.

LA ROVERE, Renata L. As Pequenas e Médias Empresas na Economia do Conhecimento: implicações para políticas de inovação. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens de técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEVISTKY, Jacob. **Support Systems for SMEs in Developing Countries a Review**. Paper commissioned by the Small and Medium Industries Branch n.2, Small Medium Programme, UNIDO, 1996.

MARTINEZ, Manuel Perez. **O contador diante do planejamento tributário e da lei antielisiva**. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/.asp>>. Acesso em: 16 out. 2006.

MARTINS, Orleans Silva. **O planejamento em micro e pequenas empresas comerciais: planejamento através da controladoria**. 2005. 46 p. Monografia (Graduação)–Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2005.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

MOSIMANN, C. P.; FISCH, S. **Controladoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NUCCI, Fernanda Gerty. **Relevância da informação contábil em processos decisórios internos**. 2001. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)– Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

OLIVEIRA, Edson. **Manual de impostos e contribuições para microempresas e empresas de pequeno porte**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Luis Martins et al. **Manual de contabilidade tributária**. São Paulo: Atlas, 2003.

ROMERO, Cristiano. O Primeiro Passo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 nov. 1999.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

SÁ, A. L. **Teoria da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SEBRAE. **Boletim estatístico de micro e pequenas empresas**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/br/mpe%5Fnumeros/>>. Acesso em: 19 jul. 2006.

_____. **Coletânea estatística da micro e pequena empresa**. Brasília, 1998.

SOUZA, Marcus Vinícius Guimarães de. **Elisão e evasão fiscal**. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=636>>. Acesso em: 16 out. 2006.

STONER, James A. F., FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

TAFNER, José; SILVA, Antônio C. da; WEIDUSCHAT, Íris. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos: módulo III**. 3. ed. Indaial: Asselvi, 2004.

VECHIA, Rosangela Della. **Aplicação de uma metodologia de gestão e orçamentação fundamentada no custeio Baseado em atividades em uma instituição de ensino a distância.** 2001. 195 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)–Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário / Escritório de Contabilidade

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

Este questionário tem a finalidade de coletar dados para a elaboração de uma monografia como requisito para conclusão no Curso de Ciências Contábeis da acadêmica Aline Laureano, Orientada pelo Professor Loreci João Borges.

Pretende-se, através desta pesquisa, obter dados sobre a utilização de informações contábeis em micro e pequenas empresas situadas na grande Florianópolis/SC.

Ressaltamos que estas informações guardam o anonimato.

A fidelidade das informações permitirá uma maior aproximação da realidade com relação à prestação de serviços contábeis.

→ Informações Gerais:

1) Idade média dos profissionais que prestam os serviços contábeis:

- () Menos de 30 anos
 () 30 a 60 anos
 () Mais de 60 anos

2) Formação profissional:

Número de profissionais que possuem curso superior em ciências contábeis _____

Número de profissionais técnicos em ciências contábeis _____

Número de estagiários (curso de contabilidade incompleto) _____

→ Informações Específicas:

3) Quais os serviços contábeis que são oferecidos aos clientes?

- () Contabilidade Fiscal
 () Contabilidade Gerencial
 () Contabilidade de Custos
 () Departamento de Pessoal
 () Outras – Quais? _____

4) Com qual periodicidade fornece as demonstrações contábeis aos clientes?

- Mês corrente
- Com 1 mês de atraso
- Com 2 meses de atraso
- Com mais de 2 meses de atraso
- Não fornece

5) Prestam assessoria para esclarecer eventuais dúvidas no entendimento dos relatórios contábeis?

- Sim
- Não

6) Desenvolvem relatórios gerenciais para o processo de tomada de decisões?

- Sim. Quais? _____
- Não. Por qual motivo? _____

7) Incentivam os clientes a utilizarem os relatórios contábeis como apoio à tomada de decisão?

- Sim
- Não

8) Vocês se sentem preparados para efetuar o planejamento tributário de seus clientes?

- Sim
- Não

9) Há o gerenciamento dos impostos dos seus clientes, com a procura de formas lícitas de pagar menos tributos?

- Sim
- Não

10) Com qual freqüência entram em contato com os clientes?

- Uma vez ao mês
- Duas vezes ao mês
- Mais de duas vezes ao mês

11) Os clientes encaminham todos comprovantes de gastos em tempo hábil?

- Sim
- Não
- Às vezes

Data da aplicação: ____/____/____.

APÊNDICE B – Questionário / Empresas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – EMPRESAS

Este questionário tem a finalidade de coletar dados para a elaboração de uma monografia como requisito para conclusão no Curso de Ciências Contábeis da acadêmica Aline Laureano, Orientada pelo Professor Loreci João Borges.

Pretende-se, através desta pesquisa, obter dados sobre a utilização de informações contábeis em micro e pequenas empresas situadas na grande Florianópolis/SC.

Ressaltamos que estas informações guardam o anonimato.

A fidelidade das informações permitirá uma maior aproximação da realidade com relação à prestação de serviços contábeis.

→ Informações Gerais:

1) Porte da Empresa:

- () Microempresa
- () Empresa de pequeno porte

2) Atividade exercida:

- () Comercial
- () Prestação de serviço

3) Escolaridade dos administradores/gerentes:

- () 1° Grau completo
- () 2° Grau completo
- () Superior incompleto
- () Superior completo

4) Idade média dos administradores/gerentes:

- () Menos de 30 anos
- () 30 a 60 anos
- () Mais de 60 anos

5) Conhecimento dos administradores/gerentes em contabilidade:

- Muito
- Pouco
- Nenhum

6) Qual a visão que possuem da contabilidade?

- Ferramenta necessária para atender às exigências fiscais.
- Ferramenta necessária para atender exigências fiscais e importante para auxiliar na tomada de decisão.

→ Informações Específicas:

7) A empresa mantém uma contabilidade para:

- Fins gerencial e fiscal
- Somente para fins fiscais

8) Quais os relatórios contábeis que a empresa recebe?

- Balanço Patrimonial Demonstrativo do Resultado do exercício - DRE
- Balancete de Verificação
- Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos - DOAR
- Fluxo de Caixa
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL
- Demonstração do Valor Adicionado – DVA
- Outros. Quais? _____

9) Com qual periodicidade recebe as demonstrações contábeis?

- Mês corrente
- Com 1 mês de atraso
- Com 2 meses de atraso
- Com mais de 2 meses de atraso
- Não recebe, Por quê? _____

10) Existe alguma informação que considera importante e que não é suprida pelos relatórios fornecidos pelo contador? Qual?

11) O prestador de serviços contábeis incentiva a utilização dos relatórios na tomada de decisão?

- Sim
- Não

12) São utilizados os relatórios contábeis para orientar/auxiliar nas decisões de compra e venda?

- () Sim, Por quê? _____
() Não, Por quê? _____

13) Possuem dificuldades em entender os relatórios fornecidos pelo contador?

- () Sim, Por quê? _____
() Não, Por quê? _____

14) Quando surgem dificuldades para entender os relatórios, recebem algum tipo de assessoria?

- () Sim
() Não

15) Estão satisfeitos com os serviços contábeis prestados?

- () Sim, Por quê? _____
() Não, Por quê? _____

Data da aplicação: ____ / ____ / ____.